

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

4

1 **Data:** 25 de Setembro 2008.

2 **Horário:** – 13:30 às 19:00

3 **Local:** Auditório da SESA/ISEP - Rua Piquiri, 170.

4 **Conselheiros membros – Gestão 2008-2009**

11

	Nome	Frequência	Condição	Órgãos, Entidades e Instituições.
	Usuários			
	Luciano Zanetti	Presente	Titular	SINDPETRO
	Claudiney Batista	Presente	Suplente	SINDPETRO
2	Mercedes Panassol Demori	Presente	Titular	FETAEP
	Aristeu Elias Ribeiro	Justificado	Suplente	FETAEP
3	Marcelo Montanha da Silva	Justificado	Titular	CUT
	Jonaz Braz	Presente	Suplente	CUT
4	Prentici da Silva	Presentes	Titular	FOPS
	Paulo Reissinho de Paula	Presente	Suplente	FOPS
5	Livaldo Bento	Presente	Titular	MOPS
	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Suplente	MOPS
6	José Apolinário Filho	Presente	Titular	DEFIPAR
	Amauri Cezar Alenxandrino	Ausente	Suplente	DEFIPAR
7	Terezinha Aparecida de Lima	Presente	Titular	IBDVA
	Rosani Sarmiento da Silva	Presente	Suplente	IBDVA
8	Joel Tadeu Corrêa	Presente	Titular	FAMOPAR
	Luiz de Mauro	Presente	Suplente	FAMOPAR
9	Cícero Cipriano Pinto	Presente	Titular	FAMOPAR
	Maria Elvira de Araújo	Presente	Suplente	MOPS
10	Elizabeth Bueno Cândido	Presente	Titular	CMP
	Osorio Borges Neto	Presente	Suplente	CMP
11	Vilson Tavaris da Cruz	Presente	Titular	MST
	Marlene Alves Moraes	Presente	Suplente	MST
12	Antonio Pitol	Presente	Titular	Pastoral da Saúde
	Paulo Roberto Vicente	Justificado	Suplente	Pastoral da Saúde
13	Clarice Siqueira dos Santos	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Crichelida Margarete Nuernberg	Justificativa	Suplente	Pastoral da Criança
14	Amélia Cabral Alessi	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Luciane Machado Batista	Ausente	Suplente	Rede de Mulheres Negras
15	Valdir Donizete de Moraes	Presente	Titular	ECOFORÇA
	Rosana Vicente Gnipper	Presente	Suplente	ECOFORÇA
16	Maria Lucia Gomes	Presente	Titular	ASSEMPA
	Edevirges de Oliveira	Ausente	Suplente	ASSEMPA
17	Rosalina Batista	Justificado	Titular	União Brasileira de Mulheres
	Wilma Araújo Kaiel	Presente	Suplente	União Brasileira de Mulheres
18	Cíntia Aparecida Marques	Presente	Titular	Rede de Mulheres Negras
	Amanda Soares de Brito	Ausente	Suplente	Rede de Mulheres Negras
	Profissionais de Saúde		Condição	Entidade
1	Carlos Humberto Zanetti	Presente	Titular	ABO
	Juliana Ferreira Camassa Bastos	Justificada	Suplente	ABO
2	Antônio Garcez Novaes	Presente	Titular	C.R. de Farmácia
	Volnei Rosa Staut	Justificado	Suplente	C.R. de Farmácia
3	Marina Hiromi Assanuma	Presente	Titular	CRMV

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

	Débora Cristina da Silva	Presente	Suplente	CRMV
4	Odenir Dias Teixeira	Presntes	Titular	CRESS
	Sueli de Almeida Preidum	Ausente	Suplente	CRESS
5	Jhulie Rissato da Silva	Justificado	Titular	CRN
	Poliana Schiavon	Ausente	Suplente	CRN
6	Karin Odette Bruckheimer	Presente	Titular	CRP
	Thereza C. de A. Salomé	Justificado	Suplente	CRP
7	Eufrida Koroll Andrezza	Presente	Titular	SINDSAÚDE/PR
	Giovana Maria	Presente	Suplente	SINDSAÚDE/PR
8	José Carlos Leite	Presente	Titular	SINDPREVS
	Bett Claid Nascimento	Presente	Suplente	SINDPREVS
9	Luiz Carlos Silva de Oliveira	Presente	Titular	Conselho dos Sindicatos dos
	Eduardo Xavier de Souza	Presente	Suplente	Conselho dos Sindicatos dos
	Prest. De Serviços de Saúde		Condição	Entidade
1	Rosita Márcia Wilner	Presente	Titular	FEMIPA
	Claudio Marmentini	Justificado	Suplente	FEMIPA
2	Marilise Borges Brandão	Ausente	Titular	FEHOSPAR
	Hiran Alencar Mora Castilho	Ausente	Suplente	FEHOSPAR
3	Alfredo Franco Ayub	Justificado	Titular	ACISPAR
	Deise Sueli de Pietro Caputo	Justificado	Suplente	ACISPAR
4	Franciso Eugênio A. De Souza	Presente	Titular	UEL
	Jeremias Bequer Brizola	Justificado	Suplente	UEL
5	Maqda Lúcia Félix de Oliveira	Justificado	Titular	UEM
	Silvia Maria Tintori	Ausente	Suplente	UEM
	Gestores		Condição	Entidade
1	Marina Sidnéia Martins	Ausente	Titular	COSEMS
	Antonio Carlos Figueiredo Nardi	Ausente	Suplente	COSEMS
2	André Gustavo Lopes Pegorer	Presente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Carlos Geraldo da Silva	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
3	Gilberto B. Martin	Justificado	Titular	SESA
	Luiza Tiemi Oikawa	Presente	Suplente	SESA
4	Ana Maria de Nóbrega de Goes	Ausente	Titular	Ministério da Saúde/FUNASA
	Tânia Margarete Piassa	Ausente	Justificado	Ministério da Saúde/FUNASA

51. Expediente interno

62. Ordem do Dia

Aprovação da Pauta –

72.2 Assuntos para Deliberação

2.2.1 – Mesa Diretora – 20 min

1º Assunto: Tema: **Informes e justificativas**

2.2.2 – apresentação da proposta orçamentária na área de Saúde com vistas à apresentação da proposta da LOA pelo governo do Estado do Paraná à Assembléia Legislativa.

2.2.3 – Pedido de vistas da Conselheira Eufrida – SINDSAÚDE – segmento dos Trabalhadores

2.2.4 – Resolução Comissão Organizadora da 9ª CES

2.2.5 – IV Plenária Estadual de Conselhos de Saúde

2.2.6 – Constituição da Comissão de Comunicação e Informação do CES/PR

8 DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:

14

9 **Antonio Garcez Novaes Neto**, presidente do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, após
10 constatação do quorum necessário com 22 conselheiros presentes dá início a 145ª Reunião
11 Ordinária do Conselho Estadual de Saúde. Inicialmente, lembra aos conselheiros que o tempo
12 de preparação da presente reunião foi exíguo, motivo pelo qual a mesa diretora está propondo
13 novos pontos de pauta para a mesma. A seguir faz a leitura da pauta proposta: 1. Expediente
14 interno; 2. Ordem do dia – Aprovação da pauta; 2.2 Assuntos para deliberação; 2.2.1 Mesa
15 Diretora – Informes e Justificativas; 2.2.2 Apresentação da proposta orçamentária da área de
16 saúde com vistas a apresentação da proposta da LOA pelo governo do estado do Paraná na
17 Assembléia Legislativa; 2.2.3 Pedido de vistas da conselheira Eufrida, Sindsaúde, segmento de
18 trabalhadores. Após a solicita a inclusão de novos pontos de pauta: 1. Comissão Organizadora
19 da IV Plenária Estadual de Conselhos de Saúde; 2. Resolução para formação da Comissão
20 Organizadora da 9ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná, a ser realizada no ano de 2009;
21 3. Constituição da Comissão de Comunicação, Informação e Educação. A seguir abre-se a
22 palavra aos conselheiros. **Valdir, Ecoforça** sugere que os três últimos pontos sejam debatidos
23 a partir das 14h00 como primeiros pontos de pauta, independente da seqüência da pauta. **Luiz**
24 sugere que a pauta seja mantida na seqüência. **Neto** considera importante que a pauta seja
25 mantida na seqüência. **Jonas, CUT** concorda com a sugestão do conselheiro Valdir. **Neto**
26 sugere que a pauta seja na seguinte ordem: 2.2.4 Comissão Organizadora da 9ª Conferência
27 Estadual de Saúde; 2.2.5 Constituição da Comissão de Comunicação, Informação e Educação e
28 2.2.6 Comissão Organizadora da IV Plenária Estadual de Conselhos de Saúde, não havendo
29 mais sugestões **Neto coloca em votação a pauta proposta acrescida das sugestões na**
30 **ordem sugerida 2.2.1 Mesa Diretora – Informes e Justificativas; 2.2.2 Apresentação**
31 **da proposta orçamentária da área de saúde com vistas a apresentação da proposta**
32 **da LOA pelo governo do estado do Paraná na Assembléia Legislativa; 2.2.3 Pedido**
33 **de vistas da conselheira Eufrida, Sindsaúde, segmento de trabalhadores; 2.2.4**
34 **Comissão Organizadora da 9ª Conferência Estadual de Saúde; 2.2.5 Constituição da**
35 **Comissão de Comunicação, Informação e Educação e 2.2.6 Comissão Organizadora**
36 **da IV Plenária Estadual de Conselhos de Saúde, aprovada por unanimidade. Joel**
37 **Tadeu Correa - FAMOPAR** em nome dos conselheiros, principalmente os de Londrina dá as
38 boas vindas ao Dr. Francisco Eugenio que retorna ao Conselho. **Cíntia Novaes** procede aos
39 informes, primeiramente o convite da 6ª CIPAT do Colégio Polivalente, do Curso Técnico de
40 Segurança do Trabalho, a ser realizado na cidade de Londrina, dias 01, 02 e 03 de outubro no
41 período noturno; informa que se encontram à disposição dos conselheiros algumas publicações
42 recebidas: O SUS e as Eleições Municipais; Ata da 230ª Reunião Ordinária do Conselho
43 Municipal de Saúde de Curitiba; A Carta Brasileira de Prevenção Integrada na Área da Saúde;
44 Boletim Informativo de agosto/setembro de 2008 do Conselho Regional de Educação Física;
45 Formulário para solicitação de cópia de arquivos. **Joel Tadeu** solicita que o Conselho indique o
46 conselheiro Cícero Cipriano para representar o Conselho no evento da 6ª CIPAT em razão do
47 mesmo residir em Londrina. **Neto** diz que buscará as informações referentes ao evento e as
48 trará no período da tarde. Beth Claidh também coloca seu nome à disposição. **Elaine -**
49 **Sindsaúde** informa que desde o final da década de 1980 e década de 1990, os servidores que
50 entraram como atendente no Estado e cursaram o auxiliar ou técnico de enfermagem, estão
51 nessa função desde aquela época até o presente momento; esses servidores receberam
52 proposta do estado de saírem de sua função de auxiliar, voltando, portanto a sua função inicial
53 conforme a necessidade do serviço o que vem desfalcando a enfermagem; refere que esses
54 servidores estudaram para a função de auxiliar de enfermagem ou técnico uma vez que a
55 função de atendente foi extinta; essa ocorrência vem trazendo diversos problemas nos

19

56hospitais; solicita que a conselheira Tiemi organize a reunião com a Procuradoria Geral do
57Estado e a SESA para que esse impasse seja solucionado. **Cícero Cipriano Pinto** cumprimenta
58a todos e justifica inicialmente a ausência da conselheira Amélia Cabral Alessi, no período da
59manhã em virtude de outra reunião; do conselheiro Jeremias Béquer Brizola por motivo de
60trabalho; justifica ausência do conselheiro Francisco Eugenio em reunião da Comissão; da
61conselheira Rosalina Batista e Marcelo Montanha da reunião do Conselho por motivo de doença;
62Juliana Ferreira Canassa por motivo de trabalho; Deise Caputo por falecimento na família;
63Alfredo Ayub por doença; Volnei Rosa Staut por trabalho; Amanda por motivo de estudos;
64informa a substituição da conselheira Estela Mari Galvão CUCHI, suplente da FEMIPA por
65Cláudio Marmentini e já justifica a ausência do mesmo por motivo de trabalho. **Francisco**
66**Eugenio** cumprimenta a todos e fala de sua alegria em retornar ao Conselho e informa sobre a
677ª Jornada de Psicologia do Hospital Universitário de Londrina, sendo o primeiro aplicado a
68saúde, o que o mesmo vem fortalecer a discussão da entrada desses profissionais na
69Assistência à Saúde não só hospitalar, mas também em todos os CAPS e outros serviços ligados
70ao SUS. **Tiemi**, SESA justifica a ausência de Dr. Gilberto Martim por motivo de viagem.
71**Mercedes** justifica a ausência do conselheiro Aristeu. **Neto** relata que o Conselho recebeu
72solicitação de indicação de conselheiro para participar do evento, mesa redonda em Cascavel
73com palestra sobre A Participação da Sociedade na Construção do SUS, com representantes do
74Conselho Nacional e da ABRASCO para o qual a mesa diretora indicou a conselheira Rosalina
75Batista; indicação de conselheiro para participar do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres
76Humanos da Secretaria de Saúde do Estado e do Hospital do Trabalhador, a mesa diretora
77sugere a indicação do conselheiro Carlos Zanetti da ABO em razão do mesmo ser de Curitiba.
78**Não havendo mais indicações, Neto coloca em votação a indicação do conselheiro**
79**Carlos Zanetti para representar o Conselho no Comitê de Ética em Pesquisa em**
80**Seres Humanos, aprovado por unanimidade.** Indicação de usuário para a participação na
81Comissão de Avaliação da Associação Beneficente do Oeste do Paraná para a qual a mesa
82sugere o nome do conselheiro Osório Borges Neto, representante da CMP por estar localizado
83mais próximo a essa instituição. **Leite** solicita esclarecimento sobre o local em que reside o
84conselheiro Osório, por entender que essa região pertence a 20ª Regional. Fica esclarecido que
85o conselheiro é de Francisco Beltrão. **Lilium** esclarece que essa comissão acompanha alguns
86convênios que a instituição tem com a SESA, sendo que uma das cláusulas é a constituição da
87comissão de acompanhamento, e que pertencente a 20ª Regional. **Leite** informa que dessa
88Regional outros conselheiros também poderiam participar. **Neto** esclarece que o conselheiro
89Osório foi sugerido, pois a distância entre a cidade onde mora e a da entidade é pequena, mas
90nada impede que outros nomes sejam sugeridos. **Leite** sugere o nome da conselheira Maria
91Elvira que reside em Foz do Iguaçu. **Joel Tadeu** fala da importância de se contemplar o maior
92número de conselheiros possíveis, pois é salutar que todos possam participar. **Neto** informa
93que em reuniões da mesa diretora ficou acordado que nenhum membro da mesa participará de
94comissões, e também não serão coordenadores de comissões, para que os mesmos possam ter
95mais espaço e responsabilidade. **Luiz** defende que sejam sugeridos nomes de conselheiros que
96estejam presentes e se coloca a disposição para participar da Comissão de Avaliação. **Neto**
97**coloca em votação o nome da conselheira Maria Elvira para participar da Comissão**
98**de Avaliação da Associação Beneficente do Oeste do Paraná, sendo aprovada com**
99**duas abstenções.** Indicação para a Comissão de Avaliação da NOROSPAR, situada na cidade
100de Umuarama, a sugestão da mesa diretora é dos conselheiros Marcelo Montanha como titular,
101residente na cidade de Umuarama e Antonio Pitol como suplente, residente na cidade de
102Maringá. **Carlos-ABO** lembra ao sugerir o nome do conselheiro que não está presente deveria

24

103se ter certeza de que o mesmo concorda com sua indicação. **Antonio Pitol solicita**
 104esclarecimento sobre o seu papel nessa comissão. **Neto** sugere que se não houver mais
 105nenhuma indicação conversar com o conselheiro Marcelo Montanha e trazer o resultado no
 106período da tarde. **Jonas-CUT** diz que o conselheiro Marcelo não está presente por motivo de
 107doença em sua família, mas que pelo seu comprometimento com a saúde, com certeza não
 108haverá problema; sugere que seja feito o esclarecimento ao conselheiro Antonio Pitol. **Liliam**
 109esclarece que se refere a Termo de Parceria entre a SESA e a NOROSPAR – Hospital e
 110Maternidade São Paulo, e a comissão tem o objetivo de acompanhar a execução das metas
 111constantes no termo de parceria, sendo a mesma composta por representantes da Diretoria de
 112Sistemas de Saúde, 12ª Regional de Saúde, Conselho Estadual de Saúde e NOROSPAR,
 113conforme resolução. **Elizabeth Bueno Candido** refere-se à mesa redonda que ocorrerá em
 114Cascavel coloca seu nome à disposição mesmo como suplente, uma vez que tem participado de
 115vários eventos e palestras sobre controle social. **Neto** esclarece que quando se trata de
 116representação a indicação é da Mesa Diretora, mas fica feliz com a disponibilidade da
 117conselheira, pergunta se o conselheiro Pitol aceita a indicação ao que o mesmo responde
 118afirmativamente. **Jonas-CUT** questiona e pede esclarecimento sobre o convenio em questão
 119uma vez que não se lembra de que o mesmo tenha passado por provação no Conselho. Neto diz
 120que o levantamento solicitado será feito, mas que o convenio passou por aprovação do
 121Conselho. Não havendo mais questionamentos. **Neto coloca em cotação a indicação dos**
 122**conselheiros Marcelo Montanha, titular e Antonio Pitol, suplente, para**
 123**acompanhamento do Termo de Parceria entre a SESA e a NOROSPAR – Hospital e**
 124**Maternidade São Paulo, sendo aprovado com uma abstenção. Neto** informa que a
 125mesa diretora está recebendo vários comunicados sobre irregularidades em Conselhos
 126Municipais, ao mesmo tempo em que solicitam o auxílio do Conselho Estadual o que só vem
 127demonstrar que o Conselho, depois de toda a turbulência porque passou, um órgão de maior
 128responsabilidade, em que se pode confiar. Cita que nos dois municípios que os problemas se
 129apresentam com maior gravidade estão sendo enviados membros da mesa diretora para iniciar
 130uma conversa com o gestor e se possível com o Ministério Público. Diz ainda que a mesa
 131diretora pretende apresentar mais a frente um planejamento de trabalho junto aos Conselhos
 132Municipais. **Nina - CRESS**, solicita que seja colocado para a próxima reunião como ponto de
 133pauta discussão sobre a normatização do uso dos computadores que foram entregues aos
 134Conselhos Municipais, pois existem constatações que muitos deles estão sendo usados pelos
 135serviços e não estão colocados à disposição dos conselheiros. Liliam, Secretária Executiva do
 136Conselho esclarece que essa normatização existe, e o Prefeito do município assinou o termo
 137juntamente com o conselheiro, portanto deve haver uma rigorosa fiscalização por parte dos
 138conselheiros sobre o uso desses computadores. A seguir passa-se para o próximo item da
 139pauta, 2.2.2 – Apresentação da Proposta da LOA. Passa a palavra ao relator da Comissão de
 140Orçamento. **Luiz ABO** inicia pela leitura do relatório: “O presente relatório trata da presente
 141reunião com os representantes da SESA Felício Raitani e Manoel Pires de Paiva, cujo teor é
 142assunto é referente à Lei Orçamentária Anual 2009. Foi discutido ponto a ponto para discussão
 143da plenária o documento, vinculações constitucionais da proposta orçamentária 2009, ações e
 144serviços públicos de saúde. Luiz esclarece que foi entregue o documento através de
 145representantes da SESA para a Comissão, sendo que os mesmos fizeram o detalhamento de
 146todos os itens. Retomando a leitura do relatório no item 3: a previsão a ser aplicada na saúde é
 147de R\$360.047.390,00 o que corresponde a 12% da receita líquida; 4: a comissão decidiu que os
 148seguintes itens fossem excluídos: Programa de Saneamento Ambiental; Gestão do Sistema de
 149Saúde dos Servidores do estado do Paraná; Encargos com Inativos e Pensionistas da Área de

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

29

150Saúde; Encargos com pensões especiais; Serviço de Saúde e Assistência Social – SESP. A
 151comissão decidiu que todos esses itens fossem utilizados em saúde e que toda a verba que se
 152pediu para alocar na saúde deverá ser discutida novamente na comissão para aplicação das
 153verbas; 5: a comissão pede o detalhamento dos itens abaixo para verificação de que 100%
 154desses recursos sejam realmente aplicados na saúde ou se são ações de educação e ensino
 155superior nos anos de 2007 e 2008, que referem-se a administração e manutenção dos hospitais
 156regionais norte do Paraná, Maringá e Oeste do Paraná; ações em projetos em ciências e
 157tecnologias na área de saúde ; 6: detalhamento de todo o item 4700 que se refere a Secretaria
 158de Estado da Saúde, com a justificativa que os representantes da SESA teriam que ter entregue
 159todo o detalhamento da LOA 2009; 7: detalhamento dos itens 4900, que se refere a Secretaria
 160de Estado da Justiça e Cidadania, administração do complexo penal; 5300 que se refere a
 161Secretaria de Trabalho, Emprego e Promoção Social; 2604 crianças e adolescentes pedindo
 162proteção, portadores de necessidades especiais e dependentes químicos; 8: detalhamento,
 163aplicação e apresentação, apresentação do projeto e exclusão do item 6500 que está alocado
 164na Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento; aquisição e controle de compra leite
 165das crianças - CEASA, entende a comissão que esse gasto deve estar na Ação Social e não na
 166saúde; 9: detalhamento e exclusão dos itens, promoção e execução da defesa sanitária animal
 167e promoção e execução da defesa sanitária vegetal; 10: explicação técnica do que é inversão
 168financeira; 11: questionamento de informação da compra de medicamentos pela CEMEPAR;
 169Conclusão: sem a previsão orçamentária da SESA, no qual a Secretaria de Planejamento não
 170informou aos representantes da SESA dados para o cálculo da receita líquida e se retira 12%
 171para a saúde a comissão não tem dados suficientes para levar a plenária do CES-PR para se
 172votar e aprovar a LOA 2009. A que se destacar que o relatório enviado pelos representantes da
 173SESA foi insuficiente para ser analisado e sem ter o plano de trabalho é impossível aprovar a
 174LOA 2009; se excluíssemos os recursos de outras Secretarias e alocássemos o da SESA o
 175orçamento aumentaria em 28%. O histórico do percentual mínimo aplicado pelo estado do
 176Paraná de acordo com a Emenda Constitucional 29, dados do SIOPS, de 2007 foi de 9,22%. A
 177partir de dados epidemiológicos e das necessidades dos serviços a SESA alocaria esses recursos
 178em áreas como, por exemplo, saúde do trabalhador, central de transplante, saúde bucal, saúde
 179da mulher, vigilância em saúde e outros serviços carentes de recursos. Por últimos a comissão
 180não teve os dados suficientes para analisar e votar e sem ter o plano de trabalho não tem como
 181aprovar a LOA 2009 e o CES-PR vai acompanhar na Assembléia Legislativa o envio da LOA 2009
 182pelo gestor e mandar o relatório ao Ministério Público Estadual. O referido relatório será objeto
 183de encaminhamento ao CES-PR. Em tempo: o coordenador informou a comissão que a pedido
 184da mesa diretora quem fizer parte da mesa diretora não poderia fazer parte da coordenação
 185das comissões e nem da relatoria e que se abra espaço para outros conselheiros, deixando-se
 186para outra reunião da comissão a escolha da coordenação dessa comissão. Curitiba 24 de
 187setembro de 2008. **Luiz** esclarece que a respeito do CEMEPAR também foi solicitado que venha
 188ao Conselho um representante do mesmo, para esclarecimentos sobre compra de
 189medicamentos. **Neto** coloca em discussão o relatório apresentado. **Livaldo Bento - MOPS**,
 190diz que faltou questionamento sobre as vacinas, pois se as mesmas são pagas pelo Ministério
 191da Saúde, porque está no orçamento do estado. **Manoel -SESA** responde que a questão
 192levantada pelo conselheiro Livaldo, trata-se da produção de vacinas no TECPAR, não se trata
 193das mesmas vacinas distribuídas pelo Ministério da Saúde. Esclarece que participou da reunião
 194da comissão enquanto representante da SESA e houve uma solicitação sobre o programa de
 195trabalho, e que devido a todo processo pelo qual passou o CES-PR e o prazo pequeno para se
 196discutir todo o processo inviabilizou a discussão de todo o programa de trabalho, mas que o

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

34

197 mesmo estará aberto para acompanhamento do Conselho e que a SESA está a disposição para
198 discutir na seqüência todo o programa de trabalho; faz uma correção onde se lê CEASA, o
199 correto é Secretaria da Agricultura e Abastecimento – SEAB. **Beth Claidh** solicita
200 esclarecimentos sobre os itens excluídos, pois não existe explicação suficiente e quantos aos
201 itens em que se pede esclarecimentos e exclusão, os mesmos foram excluídos sem
202 esclarecimento, portanto tem algumas dúvidas. **Wilma** solicita esclarecimentos sobre o
203 Programa de Saneamento Ambiental, qual o significado, se seria saneamento básico.
204 **Terezinha -IBDVA** pergunta se na LOA estão previstos os gastos com os medicamentos
205 oftalmológicos, pois se trata portaria nova e pede correção na terminologia usada pela
206 comissão sobre necessidades especiais, que o correto é: pessoa com deficiência. **Apolinário -**
207 **ADEFIPAR**, sobre o Programa de Saneamento Ambiental, pensa que todos sabem que o meio
208 ambiente tem uma Secretaria e orçamento próprio. Propõe que esse orçamento do programa
209 ambiental viesse compor a campanha de órteses e próteses do próximo ano, no cumprimento
210 da portaria 818, sobre o fornecimento de órteses e próteses. **Francisco Eugenio –HU/UEL**,
211 faz esclarecimento sobre o questionamento sobre a questão dos Hospitais Universitários, que
212 nas Universidades existem dois projetos atividade, de ensino que tem verba separada que paga
213 vários professores inclusive da área da saúde, mas o que entra na rubrica saúde são os
214 funcionários dos diversos hospitais universitários e o projeto atividade saúde que é o pessoal da
215 saúde que presta assistência. **Tiemi -SESA**, lembra a todos que a despeito da importância da
216 construção da peça orçamentária, não se pode esquecer que o orçamento do governo é
217 construído de acordo com o conjunto de todas as Secretarias. Lembra aos conselheiros da
218 importância de estar sempre atento quanto a elaboração e execução financeira, acoplada a
219 programação e execução das ações efetivamente; diz também que deve ser acompanhado
220 paralelamente a questão orçamentária o Pacto de Gestão Estadual, que é o compromisso
221 programático das ações da Secretaria; que é muito importante a discussão da peça
222 orçamentária, mas não se pode esquecer que o orçamento do governo é construído de acordo
223 com o conjunto de todas as Secretarias. Tiemi fala também que no relatório da comissão por
224 várias vezes aparece o termo exclusão e que uma das funções do controle social é construir
225 argumentos que possam ser utilizados na composição geral do orçamento, no sentido de
226 fortalecimento da compreensão, do entendimento e do posicionamento do Conselho daquelas
227 rubricas que no entendimento do Conselho é saúde de outras Secretarias, embora em várias
228 rubricas fica difícil determinar até onde é saúde, é educação, ou abastecimento e saneamento.
229 Diz que sua fala é como controle social e da responsabilidade coletiva que o Conselho tem na
230 construção de um SUS melhor no Paraná. **Sueli - colaboradora** diz que enquanto parte
231 integrante de uma comissão que luta pelo Hospital Antonio Fontes em Paranaguá gostaria de
232 ver contemplado no orçamento de 2009 a reforma do Hospital Antonio Fontes, conforme
233 discussão anteriormente já feita pelo Conselho. **Elaine -SINDSAÚDE** diz que a boa notícia do
234 orçamento e que não está no relatório é que no ano de 2008 a folha de pagamento da SESA
235 está em torno de R\$350.000,00, 00, para o próximo ano está previsto R\$541.000,00, 00 o
236 que vem de encontro com a fala do Secretário que para o próximo ano será realizado concurso
237 público e reajuste para os cargos efetivos. Por outro lado sente que a comissão não pode
238 responder a alguns questionamentos como no caos da Terezinha na questão dos medicamentos
239 por falta do plano de trabalho, quanto a pergunta da conselheira Beth Claidh os itens foram
240 excluídos, pois já estão contemplados em Portaria Ministerial, na Resolução do Conselho
241 Nacional de Saúde, em parecer da Procuradoria da República o que é serviço e ação em saúde
242 não pode ser saneamento, pagamentos a pensionistas e aposentados, pagamento do SAS que
243 é um sistema fechado, pagamento do Hospital da Polícia Militar e tudo isso está no orçamento

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

39

244SESA; refere-se que na questão da Ciência e Tecnologia se fazem necessários alguns
245esclarecimentos por não se saber o que é saúde e o que é educação. Diz que ontem durante a
246reunião da comissão, o sistema de auditoria do Ministério da Saúde estava discutindo com a
247SESA o não investimento dos 12% preconizados. Para finalizar diz que os 28% que em sua
248soma ultrapassa a 35%, que estão alocados em outras Secretarias, devem estar alocados na
249SESA, principalmente para o seu fortalecimento; contesta o valor de investimento que está
250previsto no orçamento de 2009 - R\$89.000.000,00 como insuficiente para fazer saúde em todo
251o estado reforça a posição da comissão de que não tem como aprovar a LOA sem o plano de
252trabalho. **Eufrida - Sindsaúde**, lembra a questão dos insumos estratégicos em termos de
253imunização, a TECPAR também é ciência e tecnologia e o recurso para a produção deve ser da
254Ciência e Tecnologia, lembra que a vacina anti-rábica e alguns soros produzidos pela TECPAR
255são comprados pelo Ministério da Saúde, fornecidos dentro do Programa Nacional de
256Imunização, os insumos são de competência do estado, como seringas, agulhas e outros. Sobre
257o item administração e manutenção dos Hospitais Universitários diz que em Cascavel tem um
258parâmetro que existe um déficit de 700 leitos e oferta de serviços, como pólo regional tem um
259Hospital Universitário que é referência, mas que conta com uma área desativada por falta de
260recursos humanos, e para se evitar o caos denunciado, um hospital privado recebeu da SESA
261insumos, equipamentos, materiais e compra de leitos, portanto pensa que a discussão do
262financiamento da saúde, dos fatos relatados e da realidade em termos de organização dos
263serviços, tem que ser arduamente esgotada. Defende que a saúde é um direito de todos e um
264dever do estado, pois o estado forte, o estado presente é que vai assegurar o acesso ao
265serviço, enquanto que a outra forma de paliativamente resolver o acesso sempre está na
266vulnerabilidade. Fala ainda que deve ser incluída no relatório, a questão da saúde mental,
267apontamento da Comissão de Saúde Mental sobre auditoria de todo o recurso dos 1300 leitos
268psiquiátricos desativados, devem ser realocados na atenção de serviços substitutivos, uma vez
269que essa rede no estado está precária. Lembra que foram discutidos os Centros de Atenção a
270Mulheres e Crianças, pois os mesmos estão crescentes, mas que não houve uma pauta no
271sentido de saber se a lógica dos critérios está tendo impacto nos indicadores epidemiológicos,
272e que não se pode esquecer que as doenças e agravos não transmissíveis, primeira causa de
273morbimortalidade no Estado do Paraná e no País, tem que ter no orçamento políticas descritas,
274suas ações e investimento com a finalidade de enfrentar os indicadores e não somente repiti-
275los. **André - Fundo Estadual de Saúde**, cumprimenta a todos e ressalta o trabalho realizado
276pela comissão e quando se fala do fortalecimento da SESA é um ponto muito importante. Fala
277que não se pode deixar de considerar que a discussão da Lei Orçamentária Anual é muito
278ampla, uma discussão do conjunto do estado, e que não se está encaminhando a aprovação ou
279não da Lei Orçamentária, pois quem analisa é a Assembléia Legislativa, mas que essa discussão
280da proposta orçamentária da área da saúde é importante, e que vai compor a Lei Orçamentária
281Anual, elaborada pela Secretaria de Estado de Planejamento. Reforça a importância do trabalho
282do Conselho. Cita que a SESA tem hoje 194.000 metros quadrados de construção, em unidades
283próprias, e quando se discute a proposta orçamentária é muito difícil discutir questões
284específicas e pontuais; ressalta a importância do Pacto de Gestão e do Plano Estadual de Saúde
285que foram amplamente discutidos, portanto é importante que a peça orçamentária da saúde
286esteja contemplando as questões que foram definidas como prioridade nesses instrumentos.
287Finalmente diz que todos estão unidos na Secretaria na realização dos trabalhos, e que o
288trabalho do Secretário Gilberto com o Conselho é extremamente importante, como também a
289articulação junto ao Congresso para a aprovação da EC-29. Não dá para trabalhar com a
290perspectiva de que serão retiradas todas as questões entendidas como não sendo

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

44

291 investimentos ou gastos em saúde, enquanto a EC-29 não está regulamentada, pois não
 292 encontram eco quando a discussão sai da área da saúde. Lembra que a reprovação pelo
 293 Conselho da proposta orçamentária não dá maior força a SESA para discussão dentro do
 294 contexto da peça orçamentária com o governo dentro do estado do Paraná. Pede aprovação da
 295 proposta orçamentária pela construção de argumentos técnicos para reforço dessa discussão.
 296 **Neto** lembra que na fala do Manoel estarão sendo encerradas as inscrições para discussão.
 297 **Manoel - SESA ressalta** os pontos positivos da LOA, como no caso do custeio com pessoal,
 298 que no ano de 2008 a previsão era para R\$370.000.000,00 e houve uma melhora significativa
 299 nos salários dos servidores, sendo que para 2009 esse valor saltou para R\$514.000,000, 00, o
 300 que significa um crescimento de 43% da folha de pagamento do estado. **Valdir - Ecoforça**
 301 ressalta o trabalho realizado pela comissão, reconhece o empenho da equipe da SESA que
 302 procurou se adequar ao que preconiza a EC-29 e que o Conselho deve se colocar como parceiro
 303 para que a SESA possa estar cumprindo com o preconizado como ações e serviços de saúde.
 304 Diz que a peça orçamentária deveria dar uma melhor visualização dos investimentos em
 305 pequenos municípios e também do que deveria estar sendo alocado de recursos de outras
 306 áreas dentro do Fundo Estadual de Saúde; que existe um grande estrangulamento na área de
 307 especialidades e não dá para saber como está colocado no orçamento. **Apolinário - Adefapar**
 308 cita que a demanda para órteses e próteses da região metropolitana é grande e se alguém
 309 poderia fornecer o número de órtese e próteses fornecidas durante o ano de 2008 e a oferta
 310 para 2009 e como será feito e que se para quem está na região metropolitana é difícil como
 311 não será para quem está em municípios mais distantes. **Paulo Reissinho - FOPS** fala que o
 312 trabalho da comissão está bem fundamentado e que deve ser lembrado pelo plenário a cartilha
 313 que rege o SUS e a Resolução do Conselho Nacional de Saúde sempre foi um referencial e que
 314 não se faz um exercício de conhecimento de si próprio e sim de fornecer subsídios a SESA e a
 315 outras Secretarias, principalmente na questão do investimento mínimo em saúde preconizado
 316 pela EC-29, e que existem pleitos que devem estar contemplado nesse orçamento como a
 317 reforma do Hospital Infantil Dr. Antonio Fontes. **Prentici - FOPS** diz que a comissão com
 318 certeza não fez os vetos de textos sem conhecimento, e sim com argumentação, portanto se o
 319 foco da discussão são as exclusões não entende porque que a plenária não teve início com uma
 320 maior argumentação do relatório, entende que a plenária está em ordem inversa e que poderia
 321 estar atuando com maior objetividade. **Jonas - CUT**, parabeniza a comissão e diz que não dá
 322 para aceitar a exposição do orçamento de última hora e o gestor pedir a aprovação pelo
 323 Conselho, considera que não dá para aprovar um orçamento sem pleno conhecimento, com
 324 recursos alocados para questões que não são consideradas de saúde; falara que a
 325 responsabilidade do Conselho é muito grande e não dá para aprovar o encaminhamento do
 326 gestor. **Luiz Carlos - Conselho dos Sindicatos** diz que apesar das dificuldades com o
 327 orçamento que deveria ter chegado antes para análise do Conselho, o que o entristece é que a
 328 Lei 8.142 determina o que devem os três níveis de governo tem que cumprir, e não é cumprido,
 329 e o governo diz que a LOA não tem que ser avaliada pelo Conselho; pensa que a Comissão de
 330 Saúde da Assembléia deveria ouvir o Conselho, faz breve leitura do conteúdo da Lei 8.142 que
 331 diz que o Conselho é deliberativo, e conclui dizendo que é lamentável que o Conselho seja
 332 colocado em posição diferente. **Elaine, Sindsaúde, colaboradora** refere-se a alguns dados
 333 que foram enviados à comissão e que considera importante que o Conselho tome
 334 conhecimento. Trata-se de alguns valores relacionados ao orçamento, o documento traz as
 335 informações: Sanepar, Secretaria da Administração que compreende SAS, Inativos, todos
 336 contendo os valores, no item SESA estão discriminados alguns valores, água, luz, telefone
 337 R\$24.000.000,00; assistência farmacêutica R\$48.000.000,00, sem o detalhamento do

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

49

338 medicamento da atenção básica ou medicamentos excepcionais; no item de assistência
339 farmacêutica do SAS o valor é de R\$103.000,000,00, no item de inativos o valor é de
340 R\$119.000.000,00. No item de Atenção à Saúde o valor é de R\$98.000.000,00 e só o Hospital
341 Universitário de Londrina tem um orçamento de R\$75.000.000,00, como será feita essa gestão
342 em saúde. Nesse sentido fala aos gestores presentes que só defende a saúde pública e que não
343 se pode ver esses dados e votar a favor do orçamento, pois se o Conselho Estadual votou o
344 Plano Estadual de Saúde com responsabilidade, deve votar a LOA da mesma forma; dirigindo-
345 se ao conselheiro André diz que votar pela não aprovação da LOA não é votar contra o diretor
346 geral e sim votar a favor do usuário; cita também os valores da Vigilância em Saúde
347 R\$7.590.000,00, sendo que vigilância é à base do SUS, e pensando na Vigilância Sanitária e na
348 Epidemiológica como serão trabalhadas. As doenças continuarão aparecendo. Diz que os dados
349 colocados são para que os conselheiros possam avaliar se aprovam ou não a LOA como está e
350 também o que poderá ser feito dentro do poder executivo e legislativo para transforma a LOA
351 que está apresentada. **Neto**, informa que serão feitos os esclarecimentos e solicita a equipe da
352 SESA que os faça para a plenária. **Manoel - SESA** diz que a SESA tem uma dificuldade de ter
353 acesso aos dados do detalhamento e execução do orçamento solicitado pelo Conselho em
354 outras Secretarias; quanto ao recurso para o saneamento ambiental basicamente são ações
355 voltadas ao aterro sanitário e ligações de esgoto. Quanto à questão dos medicamentos
356 oftalmológicos estão incluídos pelo CEMEPAR que fez toda previsão dos medicamentos de
357 acordo com os programas existentes e também das portarias do Ministério da Saúde. Com
358 relação a órteses e próteses não tem os dados em mãos, mas solicitará a superintendência
359 responsável os dados e os repassará ao Conselho. Com referência aos valores para reforma ele
360 é pequeno, portanto tem que se trabalhar pelas prioridades, mas está previsto a construção do
361 Hospital de Telêmaco Borba e algumas reformas e manutenção, faz também uma evolução de
362 gastos; sobre a inversão financeira é quando o estado adquire um imóvel, gasta um recurso,
363 mas ele fica incorporado ao patrimônio do estado. **Terezinha - IBDVA** pergunta sobre a
364 questão da terminologia sobre necessidades especiais, se pode ser mudada para pessoas com
365 deficiência, e se pode estar incluindo a questão da atenção integral à pessoa com deficiência.
366 **Neto** sugere que seja incluída nos encaminhamentos a solicitação da conselheira Terezinha.
367 **Wilma**, diz que está se perdendo toda a história do SUS, cita a Conferência de Alma Ata, antes
368 da 3ª Conferência Nacional de Saúde, foi discutido a questão do saneamento básico, e não foi
369 realizado, em Curitiba só existem aproximadamente 40% de rede de esgoto; diz que não se
370 discute a importância da rede de esgoto e aterro sanitário para a saúde, mas será a Secretaria
371 de Saúde a responsável por essa realização? Compara os valores do orçamento citados pela
372 colaboradora Elaine, e diz que havia o IPE que foi deteriorado pelo governo passado; cita como
373 exemplo problemas de atendimento vivenciado por ela através do SAS, foi buscar atendimento
374 SUS através do Hospital de Clínicas e a cirurgia que necessitava foi marcada de pronto,
375 portanto não se pode entender esse volume de recursos destinados ao SAS em comparação
376 com o do SUS. **Neto** retoma a palavra e abre inscrições para encaminhamentos. **Terezinha -**
377 **IBDVA** faz encaminhamentos com referência as exclusões apontadas pela comissão que
378 fossem destacadas e votadas uma a uma. **Neto** solicita orientação da comissão quanto o
379 encaminhamento sugerido pela conselheira Terezinha. Não havendo posicionamento da
380 comissão, Neto considera difícil esse encaminhamento. **Valdir - Ecoforça** diz que não tem clara
381 a proposta de encaminhamento da comissão, se é pela aprovação da proposta de orçamento
382 com as ressalvas apresentadas ou se a comissão não tem um parecer final por falta de
383 informações, ou se a proposta é de não aprovação. **Luiz - Conselho de Sindicatos** relator da
384 comissão relata que a comissão não teve os dados suficientes para análise e votação e sem ter

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

54

385o plano de trabalho não tem como aprovar a LOA 2009. **Livaldo Bento - MOPS** diz que a
386comissão realiza seu trabalho e traz o resultado para o plenário, mas não aponta se deve ser
387aprovado ou não. **Eufrida - Sindsaúde** diz que quando a comissão sugere algumas exclusões
388como o saneamento básico da pasta da saúde, ela não está excluindo o trabalho que deve ser
389realizado pela Secretaria afim; que o apontamento da comissão é objetivo, e que pela
390recorrência e pela argumentação apresentada da necessidade de regulamentação da EC 29 e
391outras mais o apontado pelo relatório é pela rejeição da LOA 2009. **Terezinha - IBDVA** diz
392que no momento está prejudicado seu encaminhamento sobre a terminologia uma vez que não
393sabe ainda se o Conselho irá aprovar ou não a LOA 2009, que após a votação se for aprovada a
394LOA retornará com seu encaminhamento. Sugere que seja encaminhado o processo de
395votação. **Neto** diz que respeitará as inscrições, mas se houver outros encaminhamentos que
396dependem da aprovação da LOA, poderia se ir direto para a votação. **Paulo Reissinho -**
397**FOPS** diz que é necessário que se faça uma discussão pausada antes de encaminhamentos
398precipitados. Diz que a decisão da comissão deve ser respeitada pelo plenário e que se algumas
399questões apontadas pela comissão ainda necessitam de esclarecimentos o próprio plenário no
400debate pode auxiliar nesse sentido. **Tiemi - SESA** solicita esclarecimento se está se colocando
401em votação o relatório como foi apresentado pela comissão e sobre o relatório todas as
402discussões e argumentações, ou o relatório da comissão subsidiou o debate da plenária do
403Conselho e a partir desses subsídios os conselheiros encaminham proposta ao pleno para
404decisão de que maneira o gestor encaminha o seu orçamento à Secretaria de Planejamento?
405**André - Fundo Estadual de Saúde**, diz que no seu entendimento o relatório deu subsídios
406para a discussão d no momento se dará encaminhamento da proposta de aprovação ou não da
407LOA 2009. **Luiz Carlos - coordenador da comissão** faz um resgate do trabalho da comissão,
408inclusive que em determinado período contou com representante do Ministério da Saúde que
409questionou alguns pontos e colocou a importância da EC-29 e como não houve detalhamento,
410nem a apresentação concreta dos gastos em 2007, portanto a proposta da comissão é pela
411reprovação da LOA 2009. **Nina - CRESS** diz que a informação dada ao plenário é que até dia
41230 de setembro a peça orçamentária deve ser encaminhada ao Legislativo, portanto solicita
413esclarecimento caso não seja aprovada pelo Conselho a LOA 2009, qual seria o papel do
414mesmo após essa votação contrária. **Joel Tadeu Correa, Famopar** diz que participou
415ativamente da reunião da comissão, mas tem dúvidas entre simplesmente reprovar e com os
416dados apresentados não dá para aprovar; lembra que existem vários pedidos de exclusão, e se
417a LOA 2009 não for aprovada nada pode ser excluída, portanto sugere que enquanto comissão
418se elabore uma proposta de encaminhamento para votação. **André** esclarece que dia 30 de
419setembro é o prazo para que o governador encaminhe à Assembléia a proposta de Lei, portanto
420antes dessa data a Secretaria de Planejamento tem que reunir as propostas advindas de todas
421as Secretarias, portanto sugere que se aprove a proposta de orçamento com ressalvas
422sugeridas, e em informação para a Secretaria de Planejamento, e que o Conselho deve estar
423acompanhado a etapa seguinte de encaminhamento e discussão da Assembléia Legislativa.
424**Elaine -Sindsaúde colaboradora** em resposta a conselheira Nina diz que se o Conselho
425aprovar ou não,e que o deputado pode votar a LOA até o último dia de trabalho na Assembléia;
426se faz necessário trabalho junto a Assembléia Legislativa dando ciência que o Conselho não
427aceita esses sub itens como ação e serviço de saúde; volta a encaminhar proposta de votação
428contrária a aprovação, tendo em vista todo o debate realizado pelo Conselho e os
429apontamentos da Comissão, além de oito anos de EC-29. **Leite - SINDPREVS** diz que nos
430apontamentos da comissão está, "a comissão decide pela exclusão", e deveria ser "a comissão
431recomenda" pois quem decide é o Conselho relembra de outras ocasiões de votação da LOA,

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

59

432inclusive uma em que se ficou aproximadamente uma semana para refazer o processo e o
433apresentado à Assembléia naquela ocasião foi completamente diferente do estabelecido pelo
434Conselho. Concorde que deverá haver um acompanhamento do Conselho na seqüência e que a
435posição do Conselho diante da LOA 2009 deve ser comunicada à imprensa. **Neto encaminha**
436**para votação a LOA 2009, tendo como proposta um a proposta da comissão: rejeição**
437**da LOA 299 e proposta dois pela aprovação da LOA 2009 com as ressalvas contidas**
438**no relatório, proposta um com 14 votos, proposta dois 11 votos, e 01 abstenções.**
439**Joel Tadeu** procede à declaração de voto dizendo que faz parte da comissão de orçamento,
440não é governista, mas é favorável a aprovação da LOA com as ressalvas apontadas pela
441comissão. **Apolinário - Adefipar** declara o voto dizendo que sua entidade é contrária a essa
442proposta, em confiança aos apontamentos da comissão e que o gestor teve tempo hábil para
443apresentar documentos para um melhor esclarecimento da plenária. **Eufrida** declara seu voto
444dizendo que o SINDSAÚDE votou contra a aprovação da LOA, entendendo que os pontos estão
445versados exaustivamente do que não são ações e serviços de saúde e se faz necessário o
446fortalecimento da Secretaria de Saúde no montante de recursos para a melhoria da condição de
447saúde da população. **Vilma** declara seu voto dizendo que as ressalvas deveriam ser explicitadas
448e o SAS está recebendo muito dinheiro e o tratamento aos servidores está precário. **Carlos**
449**Zanetti, -ABO,** declara seu voto dizendo que votou a favor da comissão entendendo que o
450trabalho da comissão passa pela valorização do Conselho e também entendendo que as
451respostas dos questionamentos da comissão à Secretaria não foram encaminhadas à comissão
452e ao Conselho Estadual de Saúde, e seu voto é também pela valorização da Secretaria Estadual
453de Saúde frente ao governo do estado. **Terezinha - IBDVA** declara seu voto favorável a LOA
454pensando que a partir do momento em que se exclui tudo, está se abstendo de uma discussão
455mais a frente, e a aprovação com ressalva dá oportunidade de discussão e de se buscar o
456cumprimento da EC 29. **Elisabeth Bueno Candido - CMP** declara seu voto favorável por
457entender que oportunamente poderá ser aberta nova discussão sobre todos os itens destacados
458pela comissão. A seguir **Neto** procede aos encaminhamentos propostos pelos conselheiros.
459**Eufrida** retoma o encaminhamento dado pelo conselheiro Leite sobre constituir uma comissão
460de membros do Conselho para que façam a discussão na Assembléia e de também apresentar a
461imprensa o resultado da votação do Conselho bem como o relatório da comissão, bem como
462repassa-lo ao Ministério Público. **Neto** sugere que não seja constituída nova comissão e sim
463que a comissão de orçamento possa estar fazendo o acompanhamento sugerido junto a
464Assembléia. **Jonas - CUT** solicita que seja adotada pelo Conselho declaração de voto somente
465nos casos de abstenção. **Neto** diz ao conselheiro Jonas que concorda com o seu
466encaminhamento, e que a declaração de voto será objeto de análise em sua legalidade. **Leite**
467reforça seu encaminhamento anterior sobre os apontamentos da comissão em decidir, quando
468o mesmo deveria ser recomendar. Neto garante a correção sugerida. **Terezinha - IBDVA**
469lembra que ao final do relatório da comissão de orçamento está posto que os membros da
470mesa diretora não devem ser coordenadores de comissão, pergunta, portanto se há
471impedimento legal. **Luiz** esclarece que essa recomendação não deveria estar no relatório e que
472em momento algum a mesa diretora impediu essa participação, e sim uma solicitação no
473sentido de não comprometer o trabalho da mesa diretora e que essa é uma forma democrática
474de outros conselheiros estarem participando nas comissões, sendo esse encaminhamento
475consenso entre os membros da mesa diretora. **Cíntia** esclarece que a mesa diretora não está
476representada por pessoas e sim por entidades, entendendo que tanto o plenário quanto a mesa
477tem competência para participar de diversas comissões e outros trabalhos que poderão
478aparecer e que o processo de discussão foi democrático e tranquilo. **Terezinha - IBDVA**

64

479 solicita que fique então o encaminhamento como sugestão para que o coordenador ou relator
480 da comissão não seja membro da mesa diretora, não ficando assim a impressão de imposição.
481 **Joel Tadeu** parabeniza os trabalhos da mesa diretora bem como sua metodologia de trabalho
482 que está primorosa. **Neto** esclarece a Terezinha que não deve haver nenhum encaminhamento
483 uma vez que essa foi uma decisão conjunta da mesa diretora, no sentido de otimizar a
484 participação dos conselheiros e também se fazer presente nas comissões quando solicitada. **A**
485 **seguir não havendo mais propostas Neto coloca em votação a proposta do**
486 **conselheiro Leite, dar divulgação ao relatório da comissão e do que foi aprovado**
487 **pelo Conselho, acompanhar a entrega e tramitação da LOA 2009 na Assembléia**
488 **Legislativa, como complemento do conselheiro Neto de que seja feito o**
489 **acompanhamento pela comissão de orçamento, sendo a mesma aprovada. Neto**
490 parabeniza os conselheiros pela condução do processo de discussão e votação da LOA sempre
491 entendendo e respeitando a opinião do colega. Informa que os conselheiros de Curitiba e os
492 que estão hospedados no Hotel Caravelle, lá almoçarão. Após o intervalo para o almoço os
493 trabalhos são reiniciados com a constatação do quorum necessário pelo presidente Antonio
494 Garcez Novaes Neto. **Neto** imediatamente passa ao ponto 2.2.3 – Pedido de vistas da
495 conselheira Eufrida, Sindsaúde, segmento dos trabalhadores. Passa a condução da mesa a 2ª
496 vice - presidente Rosita Wilner. **Rosita** esclarece que o pedido de vistas da conselheira Eufrida
497 é referente a dois pontos que ficaram de ser incluídos no Plano Estadual de Saúde, portanto
498 passa a palavra pra a conselheira proceder ao seu relato. **Eufrida - Sindsaúde** relata que
499 conforme colocado em reunião anterior sobre os relatórios apresentados fará algumas
500 pequenas observações em relação ao que tinha sido apresentado. Relato do Parecer de Vistas:
501 Recuperação dos fatos: 1. O SINDSAÚDE solicitou pedido de vistas dos documentos entregues
502 ao Conselho Estadual de Saúde do Paraná na reunião extraordinária do dia 17 de setembro de
503 2008, a representação no CES da entidade sindical julgou necessário ter uma avaliação mais
504 minuciosa do conteúdo dos documentos, uma vez que tratava-se de um consolidado que
505 constituirá o Plano Estadual de Saúde; 2. Considerando que este é um documento que norteará
506 a gestão do SUS no Paraná, nos anos 2008 à 2011; 3. Por se tratar de dois eixos Gestão do
507 Trabalho e Controle Social que são de extrema importância, é necessário recuperar que o
508 Conselho Estadual de Saúde discutiu e deliberou pela aprovação dos demais eixos que compõe
509 o Plano. Em relação aos dois eixos ora analisados o Conselho definiu pela formação de duas
510 comissões provisórias que tinham por missão recuperar as deliberações das 7ª e 8ª
511 Conferências de Saúde, como da 13ª conferência Nacional de Saúde para constituir uma
512 proposta de análise situacional e das estratégias de cada eixo. As comissões se reuniram e
513 elaboraram um conjunto de propostas que foram submetidas ao CES; após análise o pleno do
514 Conselho Estadual de Saúde deliberou que a SESA faria o trabalho de finalização do texto com
515 o objetivo de dar um formato mais próximo aos utilizados nos eixos já aprovados. Para emitir o
516 presente parecer o SINDSAÚDE analisou a documentação trazida para o debate. Deste modo
517 constatamos que se faz necessárias algumas alterações no documento para garantir o
518 cumprimento das deliberações das Conferências estadual e nacional, bem como da Lei Orgânica
519 de Saúde. A seguir detalhamos as propostas existentes e as novas propostas. Eixo Gestão em
520 Saúde, sub eixo, Participação e Controle Social: Prioridade – Fortalecimento do Controle Social
521 no SUS e no âmbito estadual. Objetivos: o texto original: Viabilizar o efetivo exercício do
522 controle social sobre a política de saúde permitindo adequado acompanhamento das ações e
523 serviços de saúde, do seu financiamento e orçamento no Paraná. Nosso comentário: Não faz
524 referência ao papel deliberativo dos Conselhos de Saúde. Base do novo texto, item I, página 2
525 do documento da comissão: Consolidar o efetivo exercício do controle social, garantindo que os

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

69

526 Conselhos de Saúde deliberem sobre a formulação e sobre o acompanhamento da política de
527 saúde, inclusive em seus aspectos financeiros; dotar o CES de mecanismos de formação
528 permanente de interlocução com outros setores de controle social, estruturas financeiras e
529 assessorias técnicas autônomas. Comentário: não fica claro o sentido desse objetivo, muitos
530 objetivos dentro de um único texto, a base do novo texto está nos itens 11, 14 e 15 da página
531 2 do documento da comissão, a proposição de texto: Definir calendário de atividades do CES
532 que garanta a formação permanente dos (as) conselheiros (as) de saúde no âmbito estadual e
533 municipal. Outro objetivo: Começar a participação da comunidade representada dos usuários
534 através de entidades representativas da sociedade civil, observando como um todo os princípios
535 e diretrizes do SUS. Comentário: Texto genérico que mistura vários elementos e não representa
536 o sentido das deliberações da 8ª Conferência Estadual de Saúde. Base do novo texto, itens 4,
537 5, 6, e 7 da página 2 do documento da comissão e deliberação da 13ª Conferência Nacional de
538 Saúde. Texto proposto: Garantir que a representação dos Conselhos de Saúde seja paritária
539 entre os segmentos sendo que entidades que recebam recursos públicos para prestação de
540 serviço ao SUS componha o segmento de prestadores de serviços ao SUS. Outro objetivo:
541 Prover condições necessárias para a realização da Conferência Estadual de Saúde. Comentário:
542 Ampliar o objetivo visando atender os itens 9 e 17 do documento da comissão. Texto proposto:
543 Prover condições necessárias financeiras e de infra estrutura, de logística e outras para a
544 realização da Conferência Estadual de Saúde, Conferências Temáticas, Plenárias e outros
545 eventos que seja necessários para a consolidação e fortalecimento do SUS. Outro objetivo, que
546 na verdade não estava contemplado, estando a base do novo texto no item 10, na página 2 no
547 documento da comissão. Estabelecer a integração da Ouvidoria Estadual do SUS ao CES com
548 apresentação sistemática de relatórios trabalhados. Novo objetivo não contemplado, a base do
549 novo texto está no item 18 da página 3, do documento da comissão. Utilizar os meios de
550 comunicação para divulgar a importância do controle social no SUS, bem como os princípios e
551 diretrizes do Sistema Único de Saúde. Novo objetivo não contemplado: Assegurar o
552 cumprimento do item 8 do documento da comissão: Ampliar o controle da comissão formando
553 Conselhos Locais e Conselhos Gestores. Ações Estratégicas, texto original: Disponibilizar
554 informações que contribuam com a construção da autonomia dos usuários no que tange a
555 formulação, regulação e controle da execução, estratégias do cuidado à saúde e disponibilizar
556 em tempo hábil para debate e deliberações dos documentos e informações necessárias ao
557 acompanhamento da política de saúde. Comentário: A disponibilização de informações tem que
558 ser feita para todos os segmentos do controle social. As informações não contribuem para a
559 autonomia somente, tudo é essencial para elaboração de pareceres e deliberações do CES.
560 Texto proposto: As discussões e deliberações no âmbito do Conselho Estadual de Saúde,
561 pertinentes a política de saúde, deve preceder a entrega de todos os dados, documentos que
562 dão subsídios para formulação das ações e serviços de saúde, inclusive em seus aspectos
563 financeiros. Outro objetivo: Manter com regularidade as reuniões do plenário do CES.
564 Comentário: A Resolução 33 do Conselho Nacional de Saúde determina reunião mensal nos
565 Conselhos de Saúde. Buscando contemplar os itens 16 e 19 do documento da comissão, texto
566 proposto: Realizar reunião mensal do CES e reuniões extraordinárias sempre que necessário,
567 assim como manter reuniões mensais das comissões temáticas, assegurando a contratação de
568 assessorias necessárias para a qualificação dos pareceres das comissões do CES. Outro
569 Objetivo: Monitorar e avaliar os indicadores para a promoção da saúde constante no Pacto,
570 firmada pelas instâncias do governo. Comentário: O CES não tem estrutura e nem atribuição
571 para monitorar os indicadores. Proposta de redação: Analisar, avaliar e deliberar sobre os dados
572 apresentados pelo gestor estadual sobre os indicadores a serem cumpridos no Pacto de Gestão

74

573e no Plano e Agenda Estadual de Saúde. Outros objetivos, sem comentários: Implementar
 574política de educação popular para os conselheiros. Promover ações de divulgação e informação
 575e conhecimento sobre o SUS junto à população, objetivando a participação social. Manter as
 576comissões especiais temáticas que subsidiam as deliberações do plenário do CES. Estimular a
 577organização de comissões técnicas permanentes para subsidiar os trabalhos e deliberações dos
 578Conselhos Municipais de Saúde. Indicadores: Texto da comissão: Percentagem de documentos
 579não entregues em tempo hábil ao CES. Texto entregue pela SESA: percentagem de documentos
 580entregues em tempo hábil ao CES. Texto proposto: Levantamento e aferição da percentagem
 581de documentos entregues em tempo para análise e deliberação do CES, LDO, LOA, Relatório de
 582Gestão, Agenda de Saúde, Plano Estadual de Saúde, Pactuações na CIB, Contratos e Convênios
 583a serem firmados com órgãos públicos, filantrópicos ou privados, Relatório da Ouvidoria da
 584SESA, entre outros. Indicador seguinte: Número de horas/aulas por formação de número de
 585conselheiros participantes. Comentário: Número de horas/aula, aula de formação por número
 586de conselheiros participantes, manter. Número de reuniões realizadas e resolutividade.
 587Sugestão: Número de reuniões realizadas e pautas. Análise da infra-estrutura disponibilizada
 588para o exercício das atribuições dos Conselhos. Comentário: A análise da infra-estrutura
 589disponibilizada para o exercício das atribuições do Conselho, manter. Número de inserções nos
 590meios de comunicação que divulgam o SUS e o controle social. Diz que esse seria o
 591encaminhamento e sugestão uma vez entendido que não muda em grande parte, o já
 592apresentado pela SESA, apenas se agregou alguns itens, que estavam no relatório da comissão.
 593Quanto ao eixo Gestão em Saúde, sub -eixo Gestão do Trabalho: No texto de análise situacional
 594apresenta o quadro de recursos humanos da SESA, sugerimos que seja acrescentado no texto
 595que antecede a tabela 30: Há 20 anos a SESA não realiza um amplo concurso para a
 596contratação de pessoal efetivo. O concurso realizado em 2004 visou apenas a substituição dos
 597trabalhadores contratados de forma terceirizada, que apesar de ser uma medida importante
 598não enfrentou a questão da necessidade de ampliação do quadro de servidores efetivos.
 599Levantamento realizado pela SESA demonstra que em curto prazo haverá muitos servidores em
 600condições de solicitar aposentadoria. Ademais com as ampliações de serviços, em especial com
 601a construção de hospitais regionais, o estado está financiando e faz-se necessário enfrentar
 602essa situação. No quadro final que descreve as ações estratégicas, consideramos que os itens
 603elencados dão conta da necessidade desse eixo, porém propomos duas pequenas modificações
 604na terminologia. Texto: Implantação da mesa de negociação permanente do SUS, manter.
 605Realização de concurso público para contratação de servidores públicos do SUS, manter.
 606Implementação de educação permanente para os servidores. Comentário: A Escola de Saúde
 607Pública e o Centro Formador não estão voltados para a educação permanente dos servidores
 608efetivos. Recuperar essa missão é potencializar as atividades de formação para todas as
 609funções existentes na SESA, manter. Implantação do PCCS do SUS no estado do Paraná,
 610manter. Implantação de políticas de proteção à saúde dos servidores públicos no SUS. Eufrida
 611abre parêntese para dizer que esse texto pode dar a entender que o que está proposto é a
 612melhoria do sistema de saúde do servidor, ou seja, o SAS, a sugestão de texto: Implantação de
 613políticas de atenção à saúde do trabalhador, voltada ao servidor estadual do SUS. Negociação
 614da jornada de trabalho dos servidores públicos do SUS. Da 1ª à 8ª Conferência Estadual, as
 615duas Conferências Temáticas de Gestão do Trabalho e Conferências Nacionais deliberaram pela
 616jornada de 20 e 30 horas na saúde, manter o texto. Inserir indicador para essa ação.
 617Indicadores para monitoramento e avaliação. Implantação da mesa permanente de negociação
 618do SUS, manter. Formulação e implementação do PCCS. Existe comissão paritária construindo o
 619PCCS do SUS. Sugestão de nova redação: Formulação e implementação do PCCS SUS por meio

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

79

620de comissão paritária entre trabalhadores e gestores. Realização de concurso público para
621contratação de servidores públicos, manter. Percentual de servidores contratados em relação às
622necessidades dos serviços. Cumprimento da Constituição Federal e Portaria do Ministério da
623Saúde. Redação proposta: Percentual de servidores concursados e nomeados em relação às
624necessidades dos serviços. Percentual de substituição de trabalhadores com vínculos precários
625por servidores efetivos. Redação sugerida: Percentual de substituição de trabalhadores com
626vínculos precários ou celetistas por servidores efetivos. Objetivo: Aferir a efetiva negociação da
627jornada de trabalho. Percentual de servidores que executam a jornada estabelecida em lei
628federal, cujos contratos de trabalho foram firmados ou modificados em função da existência e
629do cumprimento de leis federais, a saber: radiologistas, auxiliares e técnicos de laboratórios,
630bioquímicos, odontólogos, fisioterapeutas, telefonistas, fisioterapeutas ocupacionais, entre
631outros. Objetivo: Aferir a efetiva negociação da jornada de trabalho dos servidores que atuam
632em locais insalubres, penosos ou perigosos, tensão permanente ou risco de vida e que
633executam a jornada máxima de 30 horas semanais. Metas: Pactuar prazos para as metas.
634Instalação da mesa de negociação, novembro de 2008. Implantação do PCCS SUS, maio de
6352009. Realização de concurso público até 10 de dezembro de 2008. Jornada de trabalho,
636calendário de informação na Agenda Estadual de Saúde 2009. Eufrida encerra a apresentação
637do Parecer do SINDSAÚDE no pedido de vistas. **Rosita** sugere que faça a discussão em dois
638momentos, primeiramente a Participação e Controle Social, a seguir a Gestão do Trabalho. **Luiz**
639sugere que todas as propostas sejam entregues a SESA que após analisá-las trará de volta ao
640Conselho para discussão. **Tiemi - SESA** fala da importância do fechamento do Plano Estadual
641de Saúde e para isso é muito importante que a plenária do CES aprove o Plano para que ele
642possa ser divulgado como documento oficial, sugere como encaminhamento que a partir das
643contribuições trazidas pela conselheira Eufrida, que se fizesse uma apreciação por mérito; diz
644também que não vê nenhum ponto conflitante com o texto anterior e que a contribuição do
645SINDSAÚDE é no sentido de acrescentar nos itens que não ficaram devidamente contemplados,
646e que após essa análise possa ser aprovado definitivamente o Plano Estadual de Saúde.
647**Eufrida, Sindsaúde**, diz que concorda com o encaminhamento da conselheira Tiemi, pois o
648objetivo do SINDSAÚDE é o de contribuir e o que foi feito foi somente contemplar alguns
649apontamentos da comissão, com redação que ficaria melhor no Plano Estadual e que em
650nenhum momento divergiu-se do relatório proposto. **Livaldo, MOPS** concorda com o
651encaminhamento da conselheira Tiemi, pois na matéria apresentada não há pontos conflitantes,
652sugere que a mesma encaminhe para a votação, uma vez que, está claro para o plenário a
653contribuição positiva do SINDSAÚDE. **Rosita** consulta a plenária se há necessidade de
654discussão do relatório apresentado pelo SINDSAÚDE, que se ouvirá o conselheiro Leite que está
655inscrito e em sua fala serão encerradas as inscrições e será dado o encaminhamento
656pertinente. **Leite, Sindprevs** diz que uma vez que o relatório apresentado foi acatado não
657existe necessidade de discussão e votação do mesmo, devendo ser encaminhado a SESA para
658sistematização. Não havendo questionamentos **Rosita coloca em votação o parecer do**
659**pedido de vista apresentado pela conselheira Eufrida, sendo o mesmo aprovado com**
660**uma abstenção. Rosita** lembra que o relatório será encaminhado à SESA para sistematização
661e inclusão no Plano Estadual de Saúde do Paraná anteriormente aprovado. **A seguir passa-se**
662**ao próximo ponto de pauta, Comissão Organizadora da 9ª Conferência Estadual de**
663**Saúde do Paraná. Rosita** relata que a mesa diretora entende que é necessário ter serenidade
664na preparação e condução do processo da Conferência Estadual, portanto existe a necessidade
665da formação dessa comissão para início dos trabalhos, a comissão deverá ser paritária, formada
666por oito membros, sendo quatro usuários, dois trabalhadores, um prestador e um gestor. A

Conselho Estadual de Saúde do Paraná

84

667 forma sugerida de escolha seria a de dar um tempo para cada segmento se reunir e trazer os
668 nomes para apresentar ao plenário. Sugere também que no momento da reunião pudessem ser
669 indicados os nomes para a Comissão de Comunicação e Informação, que também é por
670 segmento e paritária. Abre a palavra para manifestação da plenária e em não havendo
671 questionamentos ou manifestações fica acatada a sugestão da mesa. A seguir é feita a
672 indicação dos locais para os segmentos se reunirem, com um tempo de 10 (dez) minutos. **Leite**
673 coloca que com relação a Plenária de Conselhos solicitará o seu desligamento da coordenação
674 da Plenária, portanto sugere que o segmento já discuta um nome para suprir a vaga.
675 Retomando os trabalhos, **Neto** apresenta os nomes indicados durante a reunião de segmentos.
676 Segmento de usuários: Jonas, Amauri, Rosana e Apolinário; segmento de trabalhadores: Nina e
677 Beht Claidh; segmento de prestadores: Francisco Eugenio; segmento do gestor: Marina. Após a
678 apresentação das indicações. **Neto coloca em votação a constituição da Comissão**
679 **Organizadora da 9ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná, sendo a mesma**
680 **aprovada.** A seguir passa para a indicação dos participantes da Comissão de Comunicação e
681 Informação, segmento de usuários, Elizabeth Bueno Candido, Antonio Pitol, Terezinha e
682 Prentici; segmento de trabalhadores: Carlos- ABO e Karin - CRP; segmento de
683 prestadores: Deise Caputo e segmento de gestores: Tiemi. **Neto coloca em votação a**
684 **composição apresentada da Comissão de Comunicação e Informação, sendo a**
685 **mesma aprovada.** **Neto** passa a condução da mesa a primeira vice - presidente Cíntia Novaes
686 que imediatamente passa ao próximo ponto de pauta: Organização da IV Plenária Estadual de
687 Conselhos, para tanto chama o coordenador e o relator da Plenária. **Amauri, MOPS** faz o
688 relato do resumo da reunião da Comissão Organizadora da IV Plenária de Conselhos: Da ciência
689 primeiramente dos presentes a reunião. Apresenta o objetivo da IV Plenária que é apresentar
690 os três eixos da Plenária Nacional, discutir a situação dos Conselhos Municipais, eleger os vários
691 níveis da coordenação, em sua representação estadual, nacional e regionais; o indicativo de
692 data para a realização da IV Plenária é 08 de novembro de 2008, das 07h30 às 18h00, chama a
693 atenção dos conselheiros para a denominação da Plenária. A IV Plenária Estadual de Conselhos
694 Jaime Ferreira, uma homenagem do Conselho Estadual de Saúde do Paraná. Informa que a
695 coordenação da Plenária ficou com Giovana Rodrigues, a relatoria com Amauri; relata que
696 durante a escolha da coordenação, o conselheiro José Carlos Leite que havia se indicado para a
697 coordenação da plenária, informou que se não fosse escolhido para o referido cargo, se
698 afastaria da comissão, portanto retirou-se da disputa e também da reunião da comissão
699 durante todo o dia. Os participantes da Plenária seriam quatro por município que multiplicados
700 por 399, resultam em 1568 participantes, sendo que a estimativa de conselheiros aguardados é
701 de 800 participantes. Uma breve explicação sobre as Plenárias e a fundamentação legal.
702 Contatos com as Regionais de Saúde, 29/09, contatos com os Conselhos Municipais de Saúde
703 30/09 a 03/10, a inscrição junto as Regionais de 04/10 à 20/10. A comunicação da Secretaria
704 Executiva do CES com as Regionais de Saúde de 21 a 29/10. A infra - estrutura será totalmente
705 realizada pela Secretaria Executiva do CES-PR, ou seja, o local adequado ao número de
706 participantes, com seis salas para a escolha dos coordenadores no período vespertino, material
707 de participante, alimentação será fornecida através de ticket no valor de R\$10,00 (dez reais),
708 estuda-se uma forma alternativa de assinatura para entrega dos tickets, haverá o traslado para
709 os participantes que chegarão de ônibus. Apresenta também a programação preliminar do
710 evento, sendo que as 07h00 na chegada das delegações deverão ser recebidas com o café da
711 manhã; 07h30 credenciamento; 08h30 cerimônia de abertura, mais homenagem ao ex-
712 conselheiro Jaime Ferreira; leitura e aprovação do regulamento da plenária; 09h45 mesa
713 redonda – 20 anos do SUS e os desafios atuais; para essa mesa optou-se pelo presidente do

89

714 Conselho Nacional de Saúde ou representante da mesa diretora do Conselho Nacional; os três
 715 eixos da Plenária Nacional, o presidente do Conselho Estadual de Saúde do Paraná, que falará
 716 sobre os Atuais Desafios do SUS no Paraná, e o Promotor de Justiça que falará sobre
 717 Responsabilidade Civil dos Conselheiros. O intervalo para almoço está previsto das 12h00 às
 718 13h30; às 13h30 reiniciando os trabalhos um painel onde será apresentado um diagnóstico e os
 719 nós críticos dos Conselhos Municipais de Saúde, com a conselheira Magda; 14h30 –
 720 Processo Eleitoral Estadual; 15h30 Plenária Final, com discussão dos encaminhamentos, eleição
 721 da representação estadual na Plenária de Conselhos e homologação dos indicados; 17h30 –
 722 Encerramento. **Neto** elogia a comissão pela agilidade e rapidez que trabalharam na
 723 organização da IV Plenária e aproveita para informar que as comissões se reunirão pelo dia
 724 inteiro e que em sua primeira reunião contará com a presença da mesa diretora para evoluir
 725 sobre o novo formato, normatização, relato, inclusive para firmar compromisso e apoio da mesa
 726 junto às comissões do Conselho, e outros assuntos pertinentes. Informa que terá que se
 727 ausentar da reunião em virtude de compromissos anteriormente assumidos. Passa a condução
 728 da mesa para a 1ª vice-presidente. **Cíntia** passa a palavra à Liliam para alguns
 729 esclarecimentos. **Liliam - Secretária Executiva do Conselho Estadual de Saúde**,
 730 cumprimenta a todos e informa que a minuta de convite a ser enviada aos Conselhos
 731 Municipais de Saúde e a Resolução, para a realização da IV Plenária, já foram elaborados pela
 732 Comissão. Diz que já foram enviados aos contatos das Regionais de Saúde o Ofício e ficha de
 733 inscrição referente à Plenária Nacional, solicita, portanto que cada conselheiro estadual possa
 734 auxiliar na informação, esclarecimento e divulgação dos dois momentos: Plenária Estadual e
 735 Plenária Nacional. Relata que a partir de amanhã estará se reunindo com a SESA para que se
 736 façam os encaminhamentos pertinentes à realização da Plenária, portanto gostaria de checar
 737 com a comissão todas as solicitações, café para o período matutino, ticket para o almoço a
 738 todos os participantes da plenária, um lanche reforçado no período vespertino. Lembra a
 739 comissão que o ticket por ser entregue a todos os participantes talvez ultrapassem os
 740 R\$8.000,00 o que seria motivo de ter que se abrir um processo licitatório, para o que não há
 741 tempo hábil. Compromete-se de que qualquer dúvida que houver se comunicará com a
 742 comissão através do endereço eletrônico, e que a próxima reunião da comissão ocorrerá dia 08
 743 de outubro, mesma data da reunião da mesa diretora. Ressalta que os conselheiros devem
 744 ajudar na mobilização dos Conselhos Municipais e Regionais, pois como as despesas de
 745 transporte correm por conta do Conselho de origem a participação fica dificultada. **Leite -**
 746 **Sindprevs** lembra que já solicitou durante a reunião a sua substituição na comissão
 747 organizadora da Plenária, que já conta com aproximadamente sete anos como conselheiro
 748 estadual, portan

749 to não criará nenhuma polêmica quanto ao acontecido, pois não é a sua prática, e sim prática
 750 de peçonhas, deixa como alerta que isso é consequência de um processo que deve vir
 751 futuramente e que terá início na Plenária. Faz uma correção dizendo que se ele não estava
 752 presente à reunião da comissão como é que se retirou da mesma e esclarece que no momento
 753 que ficou estabelecido o quorum da reunião, informou que se retiraria da reunião, até por que
 754 não ficaria onde não estava se sentindo acolhido, não podendo contribuir. Por fim diz que não
 755 alimentará nenhuma polêmica e que a função das peçonhas é ficar a espreita em buracos ou
 756 entulhos e procurar e estar aguçando suas presas em função de prejudicar os outros. **Luiz**
 757 **Carlos** solicita questão de ordem sobre a substituição do conselheiro Leite pela conselheira
 758 Juliana na Comissão Organizadora da IV Plenária, que fosse colocada para a apreciação do
 759 Conselho. **Cíntia coloca em votação a substituição do conselheiro Leite, pela**

94

760 **conselheira Juliana, segmento de trabalhadores na Comissão Organizadora da IV**
 761 **Plenária Estadual de Conselhos, sendo aprovada por todos. Terezinha - IBDVA,**
 762 primeiramente justifica sua ausência na reunião, e lembra a necessidade de ter uma comissão
 763 de apoio e que talvez seja interessante que no momento da inscrição já seja identificado se o
 764 participante tem alguma deficiência, qual e que tipo de apoio irá necessitar. Coloca-se à
 765 disposição para auxiliar no mapeamento da necessidade dos apoios. **Mauro** informa a
 766 conselheira Terezinha que dificilmente essa comissão terá mais de um encontro, mas que tanto
 767 ela quanto o conselheiro Apolinário seriam bem vindos. **Luiz** relata que a preocupação da
 768 conselheira Terezinha é a mesma da mesa diretora, tanto que já está sendo feita a discussão
 769 de um familiar estar acompanhando o portador de deficiência com direito igual aos outros
 770 participantes do evento. Cíntia lembra que o segmento de usuários já fez uma conversa com a
 771 conselheira Terezinha e estão ajustando as necessidades e as soluções. **Eufrida - Sindsaúde**
 772 pergunta se ficou uma cópia da programação da Plenária Nacional uma vez que durante o
 773 último relato feito pelo coordenador estadual das plenárias, Carlos, o mesmo informou a
 774 programação que continha inclusive um momento de luta pelo serviço público do SUS, o não
 775 contra as Fundações Estatais, enfim uma temática da atual conjuntura muito importante e que
 776 deveria estar casada com a estadual. **Mauro - MOPS** informa que os três eixos da Plenária
 777 Nacional estarão sendo abordados na Plenária Estadual, Controle Social, Pacto de Gestão,
 778 Financiamento - EC-29 e as pessoas contatadas para participarem também deverão estar
 779 presentes na Plenária Nacional. **Antonio Pitol** solicita esclarecimento sobre o prazo de
 780 inscrições de 04 a 20 de outubro e que todos os conselheiros deverão ser homologados em
 781 reunião do Conselho Municipal e até o dia 20 de outubro nem todos os Conselhos realizarão
 782 suas reuniões mensais, portanto sugere que a data limite seja dia 25 de outubro. **Mauro**
 783 informa que no caso dos Conselhos não se reunirem até o dia 20 de outubro para eleger os
 784 seus representantes a mesa diretora tem autonomia para fazer a indicação. **Valdir - Ecoforça**
 785 lembra que é fundamental a participação das Regionais de Saúde nessa mobilização e nesse
 786 esclarecimento junto aos Conselhos Municipais de Saúde. **Claudinei - SINDPETRO** diz que
 787 como a Plenária fará uma homenagem ao falecido conselheiro Jaime Ferreira, coloca à
 788 disposição da Comissão o arquivo de fotos e um histórico do mesmo para consulta e utilização
 789 na montagem de painel na Plenária. **Mercedes**, pergunta a Liliam se para a próxima reunião
 790 serão convocadas todas as comissões, ao que Liliam responde afirmativamente. Mercedes
 791 pergunta se o ofício enviado as Regionais de Saúde sobre a realização da Plenária também foi
 792 enviado às Secretarias Municipais. **Liliam** esclarece que o ofício enviado às Regionais de Saúde
 793 refere-se à Plenária Nacional, que deverão ser disponibilizados aos Conselhos Municipais. Sobre
 794 a Plenária Estadual serão enviados posteriormente. **Marina-Conselho de Veterinária** solicita
 795 esclarecimento quanto a participação dos conselheiros estaduais, se as inscrições serão feitas
 796 através das Regionais de Saúde ou diretamente no Conselho Estadual. Mauro informa a
 797 conselheira Marina que os conselheiros estaduais são considerados delegados natos, e que tem
 798 a indicação da comissão para a realização de reunião do Conselho no dia 07 de novembro, que
 799 deverá ser amadurecida com o plenário, para que os delegados natos já estejam presentes, e
 800 que a ficha de inscrição deverá ser entregue diretamente ao CES através de sua Secretaria
 801 Executiva. **José Carlos Leite - Sindprevs** lembra que faltando quinze dias para a realização
 802 da III Plenária não havia nem 30% de inscritos, alerta para as datas de reunião dos Conselhos
 803 Municipais, muitos em início de mês e outros em final de mês, sendo necessário a agilização e
 804 insistência na comunicação com os Conselhos Municipais, visando a inscrição em tempo hábil.
 805 **Luiz** lembra que os Conselhos Municipais poderão realizar inclusive reunião extraordinária para
 806 indicação de seus participantes, que já foram enviados comunicados às Regionais sobre a

99

807realização da Plenária Nacional e que serão enviados também comunicados sobre a realização
808da IV Plenária Estadual, e que as indicações podem se dar na mesma reunião, mais
809separadamente visto que são dois momentos; que deve haver empenho dos Conselhos na
810liberação dos conselheiros para participarem. **Maria Elvira, MOPS** informa que a Sra. Fátima
811que era conselheira municipal em Foz do Iguaçu e contato das Plenárias não é mais
812conselheira, portanto não faz mais parte da coordenação das Plenárias e que talvez se devesse
813convocar a Sra. Palmira de Cascavel. **Liliam** sugere que o conselheiro Antonio Pitol por ser de
814Maringá possa fazer um contato com Dr. Antonio Carlos Nardi, presidente do COSEMS para que
815a expedição de ofício da entidade divulgando a realização da Plenária e da importância da
816participação dos conselheiros; esclarece que os participantes da Plenária Nacional não
817necessitam ter participado da Plenária Estadual, mas se o Conselho de origem entender
818pertinente a indicação pode ser uma só para a participação nas duas Plenárias. **Rosita -**
819**FEMIPA** informa que quanto a divulgação da realização da Plenária o presidente da mesa fará
820uma visita a reunião da Comissão Intergestores Bipartite com a finalidade de apresentar o novo
821Conselho mais de sensibilizar os Prefeitos e Secretários de Saúde da importância de estarem
822apoiando e enviando seus delegados. **Jonaz - CUT** diz que a exemplo do que ocorre no
823município de Foz do Iguaçu com a representação da Plenária, o CES-PR também tem duas
824vacâncias que necessitam ser regularizadas, lembra que do CES hoje são os conselheiros
825Livaldo Bento e ele Jonas Braz. Quanto ao representante do estado do Paraná na Coordenação
826Nacional de Plenárias que também deve ser conselheiro, o sr. Carlos hoje também não
827representa mais nenhum Conselho Municipal, portanto tem que ser revisto, e que o Conselho
828Estadual tem que chamar para si essa responsabilidade de averiguação se os representantes
829das Plenárias permanecem conselheiros ou não. Sugere que seja colocado em votação todo o
830encaminhamento da Comissão Organizadora da IV Plenária e também o nome da mesma. **Cíntia**
831**coloca em votação o relatório da Comissão Organizadora para a realização da IV**
832**Plenária Estadual de Conselhos, intitulada Jaime Ferreira, sendo aprovado por todos**
833**os presentes.** **Amauri** diz que a fala do conselheiro Jonas foi muito importante, por isso que
834foi aceito o desafio da realização da Plenária Estadual ainda no ano de 2008 para que
835pudessem regularizadas todas as situações citadas. Cíntia lembra o convite para participação de
836conselheiros da IV CIPAT em Londrina, onde participarão representando o Conselho Estadual
837de Saúde, os conselheiros Cícero Cipriano Pinto e Beth Claidh Nascimento. Nada mais havendo
838a tratar Cíntia Novaes encerra a presente reunião com desejo de bom retorno a todos os
839conselheiros. . Não tendo mais nada a constar, a Secretaria Executiva do CES/PR lavrou a presente ata,
840que vai assinada pelo Presidente, Antonio Garcez Neto _____ e pela 1º Secretário do CES/PR
841Cícero Cipriano Pinto,_____.